

UNIVERSIDADE DO ESTADO DO AMAZONAS – UEA
CENTRO DE ESTUDOS SUPERIORES DE PARINTINS – CESP
CURSO DE LICENCIATURA EM GEOGRAFIA

GOVERNANÇA AMBIENTAL NOS TERRITÓRIOS RURAIS
NO MUNICÍPIO DE PARINTINS: UM ESTUDO DAS AGROVILAS DE CABURI E
MOCAMBO

Acadêmico: Patrick Rogger de Melo Lino

Orientadora: Dr^a Charlene Maria Muniz da Silva

PARINTINS-AM
NOVEMBRO/2018

PATRICK ROGGER DE MELO LINO

**GOVERNANÇA AMBIENTAL NOS TERRITÓRIOS RURAIS
NO MUNICÍPIO DE PARINTINS: UM ESTUDO DAS AGROVILAS DE CABURI E
MOCAMBO**

Monografia de conclusão de curso para obtenção de nota parcial na disciplina TCC, ministrada pela Prof^a. MSc. Carmen Lourdes Jacaúna (UEA).

**PARINTINS-AM
NOVEMBRO/2018**

Quando recebemos um ensinamento devemos receber como um valioso presente e não como uma dura tarefa. Eis aqui a diferença que transcende.

Albert Einstein

A minha mãe Marialei de Melo Lino, pessoa que sempre acredita em minhas capacidades, a quem sempre dedicarei minhas conquistas pessoais.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus pelo pela dádiva da vida e por ter sempre me auxiliado nos momentos mais difíceis da minha vida, guiando-me nos caminhos turbulentos pelo qual já andei.

A minha mãe Marialei de Melo Lino e minha namorada Gleize Batista Batista por sempre estarem comigo me incentivando, mesmo em momentos de desânimo, ao qual nunca me deixaram abaixar a cabeça.

A minha querida orientadora Prof^a Dra. Charlene Maria Muniz da Silva pela confiança a mim depositada, pessoa que nunca negou a mão a qualquer solicitação feita.

Ao meu filho Patrick William que me faz buscar voos mais altos.

Aos meus amigos moradores das Agrovilas de Mocambo e Caburi, que me auxiliaram na elaboração deste trabalho. Pois sem a contribuição dos mesmos dificultaria na elaboração do resultado final deste.

A todo corpo docente do colegiado de Geografia, em especial aos professores (a) Dr^a Charlene Muniz, Dr^o Estevan Bartoli e Dr^o João D´Anúzio que acompanharam e contribuíram grandemente em minha formação acadêmica, aos mesmos elevo minhas considerações.

A equipe de pesquisa, Jully Maria, Carla Eakafaz e Thalia Cruz que ajudaram na coleta de dados.

A todos meus amigos e colegas de graduação que fazem parte de minha construção acadêmica, destacando os amigos Ronaldo Torres e Euler Brito.

RESUMO

Este trabalho tem como objetivo principal analisar a Governança Ambiental nos territórios rurais de Mocambo e Caburi, no Município de Parintins, no Estado do Amazonas, bem como as principais implicações nos modos de vida da população local. Observamos que ocorreram mudanças socioespaciais nessas localidades rurais, causadas pelo novo formato espacial engendrado pelas mudanças socioculturais ocorridas. O método utilizado para a análise dos dados é de abordagem dialética e a técnica utilizada para a coleta de dados foram entrevistas, aplicação de formulários, pesquisa documental, contendo dados secundários e revisão bibliográfica e analítica das obras que tratam do assunto. Assim, foram realizados levantamentos dos principais problemas socioambientais nessas localidades rurais, ressaltando a problemática da falta de local apropriado para despejo de resíduos sólidos, fazendo com que as pessoas acabem queimando em seus domicílios, despejando em lagos, jogando em lixeiras viciadas, terrenos baldios e em via pública, o que coloca em risco a própria saúde dos moradores. Segurança, iluminação pública e assistência administrativa também foram outros dos principais problemas informados pelos comunitários, pois os mesmos se sentem esquecidos pelo poder público. Portanto, esta pesquisa apresenta as principais problemáticas ambientais nas localidades rurais de Mocambo e Caburi, cabe aos poderes públicos municipais e estaduais intervirem em melhorias no âmbito sustentável para os territórios rurais pesquisados e oferecer melhor qualidade de vida para os moradores.

Palavras-Chave: Governança Ambiental, Sustentabilidade, Territórios.

ABSTRACT

This study has as main objective to analyze the Environmental Governance in the territories of Mocambo and Caburi, in the municipality of Parintins, as well as what the main implications in the livelihoods of the local population. We observed that socio-spatial changes occurred in these rural localities, caused by the new spatial format, engendered by the sociocultural changes that occurred. This research is based on the reflection on environmental governance and sustainability, more specifically on the agro-villages of Mocambo and Caburi. The method used for data analysis is a dialectical approach and the methodology used for data collection is documentary research, containing secondary data and bibliographical and analytical review of the works that deal with the subject. The focal group was also used as a research technique. Thus, surveys of the main socio-environmental problems were carried out in these rural locations, highlighting the problem of the lack of appropriate place for shipment of crew members and disposal for solid waste disposal, causing people to burn in their homes, pouring into lakes, waste dumps, public lands, which puts at risk the very health of the residents. Security, public lighting and administrative assistance were also other major problems reported by the community, as they feel forgotten by the government. Therefore, the importance of this study is materialized in raising information so that the public power can intervene in improvements in the sustainable scope for the researched rural territories, and offer a better quality of life for the residents.

Keywords: Environment Governance, Sustainability, Territories.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Entrevista com representante do Mocambo.....	18
Figura 2: Localização das Agrovilas de Mocambo e Caburi.....	20
Figura 3: Comunidade principal da Agrovila do Caburi.....	21
Figura 4: Comunidade principal da Agrovila do Mocambo.....	21
Figura 5: Lixo depositado na encosta do Mocambo.....	22
Figura 6: Lixo depositado no meio fio do Caburi.....	22
Figura 7: Materiais de construção do Caburi.....	24
Figura 8: Níveis de atores na governança ambiental em Mocambo e Caburi.....	29
Figura 9: Escala espacial, temporal, jurisdicional e institucional.....	30
Figura 10: As escalas trabalhadas na pesquisa.....	30
Figura 11: Escalas e níveis.....	31
Figura 12: Desigualdades sociais nos territórios rurais.....	32

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1: Dimensão ecológica no Caburi.....	23
Gráfico 2: Dimensão ecológica no Mocambo.....	24
Gráfico 3: Participação dos moradores de Caburi sobre questões ambientais?.....	26
Gráfico 4: Participação dos moradores de Mocambo sobre questões ambientais.....	26
Gráfico 5: Principais problemas sociais no Caburi.....	27
Gráfico 6: Principais problemas sociais no Mocambo.....	28

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	11
CAPÍTULO 1: GOVERNANÇA AMBIENTAL: UM CAMINHO PARA SUSTENTABILIDADE.....	13
1.1 Governança ambiental descentralizada.....	15
1.2 Desenvolvimento sustentável e debate internacional ambiental.....	17
CAPÍTULO 2: DIMENSÕES SOCIOAMBIENTAIS NAS LOCALIDADES DE MOCAMBO E CABURI.....	18
CAPÍTULO 3: GOVERNANÇA AMBIENTAL DESCENTRALIZADA EM MOCAMBO E CABURI: EM BUSCA DA CONSTRUÇÃO DE UMA AGENDA AMBIENTAL.....	25
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	34
REFERÊNCIAS.....	36

INTRODUÇÃO

Observou-se que ocorreram mudanças socioespaciais nas localidades rurais de Mocambo e Caburi, causadas notadas pelo novo formato espacial engendrado pelas mudanças socioculturais ocorridas. As mudanças socioculturais engendram as mudanças feitas na paisagem, pois é o trabalho humano que interfere e faz refletir a sua realidade nos espaços, sendo este reflexo da vida cotidiana guiada pelos aspectos sociais e culturais de cada sociedade.

Pelo que foi acima exposto, são necessárias elaboração e a implantação de políticas públicas voltadas para estas áreas no tocante as questões socioambientais. Dessa forma essa pesquisa visa levantar as principais demandas socioambientais destas localidades e como as mesmas estão organizadas social e politicamente para resolver os problemas ambientais, avaliando as mesmas sob a perspectiva do conceito de governança ambiental, que tem em seus princípios a participação social, e como o mesmo pode ajudar na construção de uma agenda ambiental para estes lugares. Como principais referências podem citar: CAMARÃ (2011), VIDAL (2005), SILVA (2012), ZHOURI (2008) e SACHS (2009), que fazem a discursão da temática abordada neste trabalho, apesar do campo teórico se mostrar carente no Brasil, nos últimos anos a governança ambiental vem ganhando espaço nas discursões acadêmicas.

Os territórios rurais precisam de um planejamento que vislumbre a sustentabilidade, e a governança ambiental pode ser um dos elementos importantes nessa discussão, desde que se respeitem seus princípios fundamentais de diálogo, multidimensionalidade, descentralização, desenvolvimento do capital social, cogestão entre outros.

Para tal, se fez necessário à coleta de dados por meio de aplicação de formulários socioambientais, observação participante e entrevistas com os moradores das Agrovilas de Mocambo e Caburi. Foi estabelecido um comprometimento com os moradores das localidades, pois os mesmos prestaram informações que fundamentam este trabalho, os mesmos protestam por quaisquer iniciativas junto ao poder público municipal que venha a mitigar os danos ambientais que existem nas mesmas.

Este trabalho está assim dividido: o capítulo 1, **governança ambiental: um caminho para sustentabilidade**; procurou analisar as principais correntes teóricas e perspectivas da governança ambiental descentralizada como solução de problemáticas ambientais em localidades rurais, sendo que este está relacionado à problemática ambiental nas localidades de Mocambo e Caburi, pois muitos dos problemas existentes nas comunidades são decorrentes tipicamente do avanço econômico, urbanização e territorial, contudo, isso implica na utilização de recursos naturais. Sobretudo, procurou também neste capítulo analisar as dimensões da governança ambiental, evidenciando os principais fatores que determinam a especificidade de cada um, sendo, ambiental, social, econômico e territorial.

O capítulo 2, **as dimensões socioambientais nas comunidades de Mocambo e Caburi**, procurou evidenciar os principais problemas socioambientais nas localidades de Mocambo e Caburi, apresentando a problemática dos resíduos sólidos que vem impactando diretamente essas comunidades, pela falta de um local apropriado para a destinação dos mesmos, as pessoas queimam e/ou jogam o lixo doméstico em locais inadequados, colocando em risco a saúde dos mesmos. Dentre outros problemas verificados, destaca-se a retirada da mata nativa nas comunidades para que se possam fazer mais construções que acarretando um considerável aumento na temperatura das comunidades, devido à impermeabilização do solo pela introdução do calçamento asfáltico nas ruas. Ainda no segundo capítulo, é retratado o desenvolvimento da pesquisa realizada, mostrando o método utilizado e instrumentos metodológicos que vão dá suporte para realização dos objetivos da pesquisa.

No capítulo 3, **governança ambiental descentralizada em Mocambo e Caburi: em busca da construção de uma agenda ambiental**, é abordado esquemas, dados coletados e resultados obtidos no trabalho, ressaltando a perspectiva do autor como contribuição para amenizar as problemáticas ambientais que se fazem em evidente nas localidades de Mocambo e Caburi.

CAPÍTULO 1: GOVERNANÇA AMBIENTAL: UM CAMINHO PARA SUSTENTABILIDADE

O ambiente que vivemos é permeado de um sistema constituído por elementos físicos, biológicos e antrópicos, que vão se relacionar e interagir entre si constantemente, se retroalimentando ilimitadamente, para conhecer o sistema ambiental é preciso que conhecimentos transdisciplinares retratem de forma complexa os fenômenos que se constroem nos mais diversos espaços geográficos. A ruptura ou fragmentação dessa estrutura ambiental resulta em problemas ambientais (REZENDE, 2016).

Governança em sentido mais amplo significa a distribuição de poder, regras, normas, legitimidade e autoridade direcionada pelos mais diversos tipos de instituições, seja pública ou privada que venha interferir ou afetar na sociedade civil organizada, governança está ligada com gestão, termos diferentes, porém complementares. Inicialmente este conceito é proposto pelo Banco Mundial com o objetivo de alcançar metas para um Estado eficiente, através do envolvimento dos setores públicos e privados na elaboração de políticas públicas. SILVA (2012), afirma que governança envolve diversos assuntos que podem ser administrativos ou fiscais do Estado que possam abranger ou impactar na coletividade e no bem-estar público. A governança se define como interação de atores na administração de processos formais e informais na condução de uma sociedade. Assim, Pulgar Vidal (2005, p.4) considera a governança como:

Un sistema de gobernanza está integrado por las reglas y procedimientos (formales e informales) que configuran un marco institucional en el cual los diversos actores implicados tienen que operar. Este sistema tendrá más gobernabilidad cuánto más previsible, transparente y legítimo sea este marco.

Quando esses argumentos citados acima estão ligados com políticas públicas que envolvam sustentabilidade, preservação e conservação de ambientes naturais emprega-se o termo governança ambiental, que apesar da maioria das obras estarem sendo publicadas em outros países, no Brasil está ganhando maior relevância nas discussões acadêmicas, devido os crescentes olhares sobre a biodiversidade amazônica.

O termo Governança Ambiental surge mundialmente, a partir do final do século XX, busca compreender as dinâmicas sociais, políticas, econômicas e ambientais que se reproduzem em determinado espaço geográfico. Abrolha com a necessidade de entender melhor a relação homem/natureza, partindo da constatação científica que os recursos naturais estão se esgotando rapidamente, devido a grande degradação contra o meio ambiente (CÂMARA, 2011). Nesse período que o movimento ambientalista ganha forte aumento no mundo, os problemas ambientais, sociais, políticos e econômicos, a escassez de recursos naturais em diversas regiões do planeta são problemáticas que vão ser discutidas em encontros internacionais.

CÂMARA (2011) argumenta que governança ambiental são as conjunturas de regras, instituições, processos e comportamentos que afetam os poderes, que são desempenhadas na esfera de políticas ou ações ligadas às relações da sociedade com os sistemas ecológicos.

Agraval e Lemos apud Silva (2012, p.12) destaca que:

Governança ambiental se refere ao conjunto de processos regulatórios, mecanismos e organizações através dos quais os atores políticos influenciam as ações e resultados ambientais envolvendo múltiplos seguimentos da sociedade como as instituições governamentais, comunidades, empresas e a sociedade civil organizada.

Zhourri (2008) acrescenta que a governança ambiental é “entendida como consenso e gestão de recursos e dos sujeitos, elide as considerações sobre os conflitos que permeiam os processos sociais”.

Processos políticos e administrativos que envolvam a sociedade e meio ambiente, não são fáceis de administrar, pois, são muitas as ideologias envolvidas, surgem conflitos de gestão, as partes (atores) nem sempre convergem, o que torna a governança sobre um recurso natural inerente difícil. Nesse raciocínio Muniz Silva (2012, p.12,13) aponta que:

Quando múltiplos atores se utilizam dos mesmos recursos naturais as implicações podem ser as mais diversas, desde o esgotamento destes recursos a conflitos de gestão, logo, é necessário estabelecer acordos entre os mesmos para estabelecer regras e práticas comuns, contribuindo para que haja coordenação de ações que auxiliem na resolução de conflitos, assim como, a negociação das várias compensações, o compartilhamento de informação e a construção de redes de conhecimento sobre esse bem comum.

A “desorganização” ou ineficiência de gestão conforme apontam pesquisas é decorrente da governança se apresenta como centralizada, devido à formação de cima para baixo o que dificulta na conciliação dos atores envolvidos, o que se propõem é a descentralização que ajudaria na resolução desses conflitos (SILVA, 2012), assim a governança ambiental descentralizada proporciona a interação entre os atores interessados em efetuar políticas públicas em territórios ambientais, dando autonomia para entidades ou órgãos locais na decisão de medidas, bem como apresentar as demandas a serem feitas.

1.1 Governança Ambiental Descentralizada

O termo descentralização caracteriza-se por determinar que os órgãos ou autoridades locais tenham poder de decisão sobre normas e regras de forma própria e independente (CAMARA, 2011), levando em consideração o papel do Estado em atender a sociedade local em sua totalidade e não favorecer grupos mais fortes ou melhores organizados. Faz-se muito importante para territórios rurais a governança ambiental descentralizada, pois proporciona maior interação entre os sujeitos e atores sociais afetados e/ou envolvidos em prol de um recurso ambiental (SILVA, 2012, p. 13) pontua “...a possibilidade de trazer mais atores para a causa, proporcionando o compartilhamento de informações locais específicas sobre os ecossistemas como, por exemplo, o conhecimento das populações tradicionais sobre os ecossistemas.” A descentralização junto com a democracia cidadã podem trazer soluções para problemas de ordem local, assim ONGS e instituições locais que se intitulam representantes de setores sociais podem fazer articulações com grandes empresas e instituições internacionais.

O território faz-se um conceito fundamental para o diálogo com a governança ambiental descentralizada, partindo do pressuposto que o território tem sua gênese com o sentido de poder e nessa descentralização ocorre o fenômeno de salto de escalas, que vão proporcionar para a governança o diálogo entre escalas locais, regionais, nacionais e internacionais que resultam em movimento dialético, afirmando que nada pode ser entendido de forma isolada e sim de maneira conectada. Nessa perspectiva que Rezende (2016, p.30) considera o território como peça fundamental na governança ambiental descentralizada:

A governança, aqui tratada, transcende escalas, devido à interação sistêmica entre os seus componentes. O ordenamento territorial, expressão material da governança, é resultante das metamorfoses do espaço habitado, a organização da vida no território é completamente dependente da imbricação entre o externo e o interno, de modo que as variáveis externas se internalizam e as variáveis internas se externalizam, dialeticamente.

Conforme Vidal (2005, p. 4) “La gobernanza ambiental descentralizada es un nuevo marco institucional en que los procesos de toma de decisiones sobre el acceso y uso de los recursos naturales tienden a quedar em instancias locales.” O autor acrescenta que para entender melhor esse processo é preciso conhecer diversos elementos, que são: regras, procedimentos e processos formais e informais; interação social; conduta social e pôr fim a horizontalidade.

Conhecer melhor o processo de governança ambiental descentralizada proporciona interpretar melhor a realidade; melhora os trâmites legais e institucionais; enfrenta com maior conhecimento e facilidade os conflitos e promove o dialogo entre os mais diversos atores (VIDAL, 2005). Nessa linha de raciocínio que Muniz Silvia (2012, p.3) acrescenta que a governança ambiental descentralizada adequa:

[...] maior interação entre os diversos níveis e atores sociais envolvidos, sendo que as decisões ao serem compartilhadas podem aproximar as várias esferas públicas, privadas, entidades locais, as comunidades, fazendo com que se traga mais para perto a tomada de decisão, podendo gerar maior comprometimento entre estes e assim maior participação e responsabilidades, facilitando a tomada de decisão e além disso torna possível que se possa aproveitar os conhecimentos locais a respeito dos ecossistemas e os aspectos culturais

Assim, a governança ambiental descentralizada facilita maior interação entre os sujeitos envolvidos, na esfera pública ou privada, no que tange o aproveitamento e comprometimento local na tomada de decisões, relevando os conhecimentos locais sobre a utilização sobre devido recurso natural que vão nortear um caminho sustentável de um bem comum que é o ambiente que vivemos.

1.2 Desenvolvimento Sustentável e Debate Internacional Ambiental

Mediante as transformações socioambientais ocorridas no final do século XX, onde a pauta mundial discutida é a questão ambiental, diversos encontros e debates internacionais foram realizados para tratar sobre os recursos naturais, em 1968, a Suécia e países nórdicos organizaram uma conferência internacional sobre o meio ambiente coordenada pela UNESCO, posteriormente em 1972, foi realizada a Conferência de Estocolmo, considerada a primeira e mais importante realizada tratando sobre as questões ambientais, gerou a Declaração de Estocolmo, documento esse com 26 princípios que vai destacar a importância dos Estados e organizações internacionais na proteção do meio ambiente. Os países centrais, então os principais interessados na discussão ambiental, pois suas reservas naturais já haviam se extinguindo por quase sua totalidade, pregavam a preservação das espécies e redução da poluição ambiental, se deparavam com países emergentes e periféricos que se preocupavam regulamentações que poderiam frear seu crescimento econômico (ANDRIGHETTO, et al..2016).

Nasce um novo conceito em 1980 (desenvolvimento sustentável), para atender as exigências das resoluções da Conferência Mundial sobre meio Ambiente Humano, em 1972 Estocolmo (FERREIRA, 2013).

Segundo Guimarães apud Ferreira (2013, p. 14) comentam que:

[...] A Conferência de Estocolmo refletiu a preocupação, sobretudo dos países capitalistas com a vulnerabilidade dos ecossistemas e a finitude dos recursos naturais. Sua ênfase estava nos aspectos técnicos da contaminação provocada pela industrialização acelerada e principalmente pelos problemas ocasionados pela explosão demográfica.

O relatório de Brundtland parte do princípio que é possível conciliar o crescimento econômico com a conservação do meio ambiente, considerando a racionalidade das relações econômicas voltada com a articulação com o planejamento ambiental, que orienta as lógicas do mercado para o consumo sustentável, justiça social e a preservação da natureza (CAMARA, 2011). Ferreira (2013, p. 15), comenta que o desenvolvimento sustentável:

Contudo podemos analisar o desenvolvimento sustentável como uma forma de equalizar os problemas ambientais dentro da lógica do capitalismo. Ou

seja, uma alternativa que emerge de fatores econômicos, porém, na conjuntura de um funcionamento capitalista.

Portanto, o desenvolvimento sustentável propõe que para uma sociedade viver em harmonia, deve equalizar os problemas ambientais, assim fazendo de uso sustentável dos recursos naturais, para que a futuras gerações possam usufruir conscientemente deste bem ameaçado.

CAPÍTULO 2: DIMENSÕES SOCIOAMBIENTAIS NAS LOCALIDADES DE MOCAMBO E CABURI

Com o intuito de alcançar os objetivos desta pesquisa, foram utilizados diversos instrumentos metodológicos, visto a complexidade da temática governança ambiental, leituras bibliográficas foram feitas para dá um suporte enriquecido dos principais autores que discutem governança ambiental no Brasil.

O recorte geográfico do trabalho foram as Agrovilas de Mocambo e Caburi. O universo da pesquisa foram os moradores das áreas selecionadas, porém, foi feita escolha de alguns representantes das comunidades como público alvo na coleta de dados. A pesquisa realizada foi de cunho qualitativo explicativo.

A figura 1 retrata entrevista realizada na Agrovila de Mocambo, representando o pesquisador e o entrevistado, que diz respeito ao vice-presidente da localidade, ressaltando a importância do saber empírico de um morador que conhece a realidade do ambiente que vive. O presidente da Agrovila de Caburí também foi entrevistado, ambos entrevistados prestaram informações relevantes para o banco de dados coletados, dados esses que vão aparecer do decorrer do trabalho.



Figura 1: Entrevista com representante do Mocambo.
Fonte: Jully Maria, 2018.

O método utilizado para a análise dos dados foi de abordagem dialética e a coleta foi feita por meio de aplicação de formulários, pesquisa bibliográfica, observação participante e entrevistas com os moradores das localidades. Para tal, foi feito o levantamento dos problemas socioambientais nas comunidades de Mocambo e Caburi.

Os dados obtidos através da aplicação dos formulários foram sistematizados no Programa *Excel*, *software* que tornou possível a representação gráfica das informações coletadas, após sua formulação, os gráficos foram copiados para o corpo desta pesquisa no Programa *Word*.

Mocambo e Caburi são agrovilas localizadas na área rural do Município de Parintins, a cerca de 60 km. Ambos têm seu sítio às margens de lagos do mesmo nome, o que significa que é necessário adentrar igarapés para se chegar até elas. Todas pertencem ao ecossistema de terra-firme e possuem uma extensão média de 2.867 metros cada. A população está em torno 2.112 e 1.948 habitantes para Caburi e Mocambo e respectivamente. As localidades possuem em comum certa infraestrutura da cidade; as ruas são asfaltadas e possuem sistema público de abastecimento de água e energia elétrica fornecida pelas mesmas empresas que prestam esses serviços à cidade de Parintins, tem escolas, creches, postos de saúde dentre outros equipamentos urbanos, porém não possuem prefeituras locais e ainda existe a falta de alguns serviços essenciais para que as mesmas recebam a denominação de cidade (SILVA, 2009). Esta pesquisa está pautada na reflexão sobre a questão do socioambiental e sustentabilidade nas localidades estudadas, bem como levantamento de dados das principais problemáticas, para que se possa fazer uma agenda ambiental e buscar junto com o poder público solucionar as demandas necessárias.

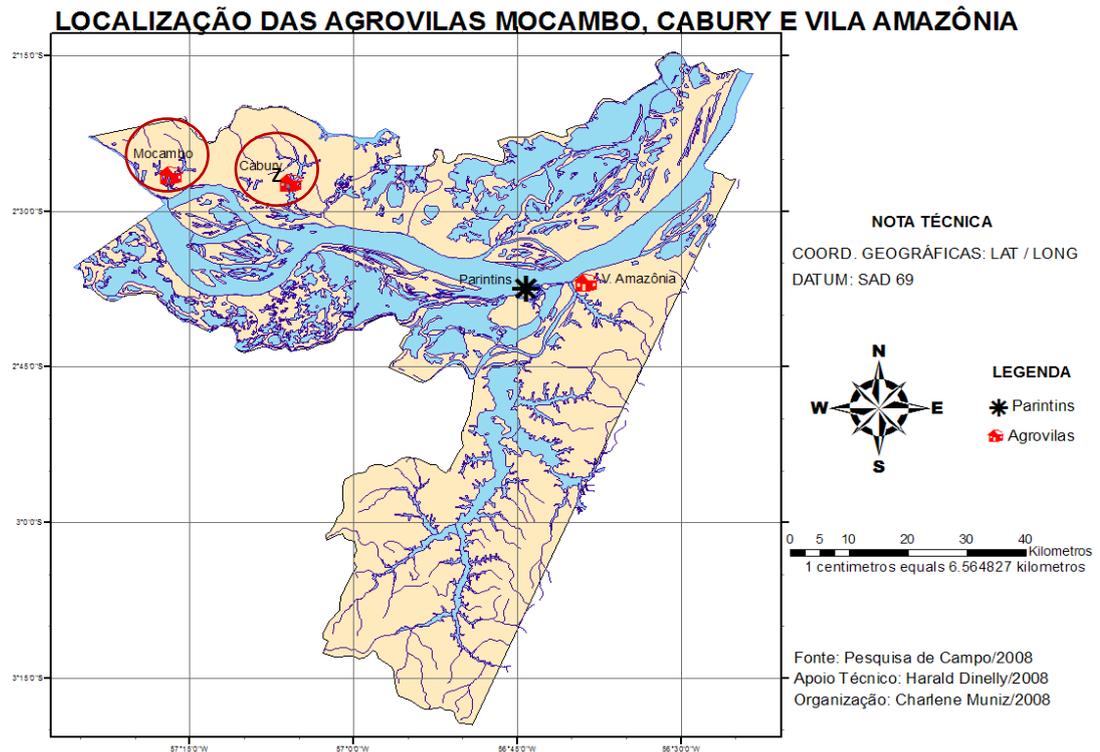


Figura 2: Localização das Agrovilas de Mocambo e Caburi.
 Fonte: Charlene Muniz, 2008. Adaptação: Patrick Rogger, 2018.

Foi observado que ocorreram mudanças socioespaciais nessas áreas, seja pelo novo formato espacial, pois antes elas eram comunidades rurais tradicionais de Parintins, onde geralmente há poucas residências, distribuídas de forma dispersa no quadro da comunidade, no qual há poucos elementos estruturais, tais como uma igreja, seja ela católica ou evangélica, a sede social ou barracão comunitário, a pequena escola (LINO et al., 2018). Agora, são lugares que tem a infraestrutura de pequena cidade, no qual as casas seguem o padrão de distribuição das ruas, ou seja, por quadros e lotes. Mas também pelas mudanças socioculturais, sendo estas que engendram as mudanças feitas na paisagem, pois é o trabalho humano que interfere e faz refletir a sua realidade nos espaços, sendo este reflexo da vida cotidiana guiado pelos aspectos sociais e culturais de cada sociedade. Logo há uma imbricação entre rural e urbano, manifestas na presença em áreas rurais, de representações do urbano vindos da cidade de Parintins, como o adensamento populacional, tipos de festas, forma das construções e serviços.



Figura 3: Comunidade principal da Agrovila do Caburi.
Fonte: Patrick Rogger, 2018.



Figura 4: Comunidade principal da Agrovila do Mocambo.
Fonte: Patrick Rogger, 2018.

A cidade de Parintins, por meio do processo de expansão urbana exerce influência econômica, social e cultural nessas áreas, com implicações socioambientais que repercutem na (re) produção do espaço. Dessa forma, já se podem encontrar algumas contradições do urbano como: problemas com a destinação inadequada dos resíduos sólidos; mudanças no padrão de festas, com sua racionalização cada vez mais direcionada para a geração de renda por meio do turismo; diferenciação dos preços dos terrenos, de acordo com a sua localização e aumento do índice de violência. Dentre essas mudanças a questão ambiental é bem preocupante, pois a problemática dos resíduos sólidos vem impactando diretamente essas comunidades, por que está aumentando a produção de resíduos sólidos não orgânicos, e não havendo coleta de lixo pública e nem local apropriado para depositá-lo, as pessoas queimam e/ou jogam o lixo nos terrenos baldios e nos barrancos próximos ao lagos, colocando em perigo a saúde e segurança deles

próprios. Muito dos moradores despejam os resíduos sólidos a céu aberto em vários pontos das localidades estudadas, isso ocorre, principalmente, porque não há coleta pública de lixo nas comunidades. Isso é preocupante, pois o local não atende as necessidades ambientais exigidas para que se possa ter um equilíbrio socioambiental e sustentável.



Figura 5: Lixo depositado em encosta no Mocambo.
Fonte: Patrick Rogger, 2018.



Figura 6: Lixo depositado em meio fio no Caburi.
Fonte: Patrick Rogger, 2018.

Como mostra nas figuras 5 e 6, a principal problemática ambiental no Caburi e Mocambo diz respeito a má destinação de resíduos sólidos, por tratar de comunidades que estão crescendo o índice de suas populações, esta prática está se tornando cada vez mais comum, lixos são jogados em barrancos e encostas, ainda pode-se destacar que outra localidade recentemente está se tornando lixeira viciada, está se trata da estrada que liga Caburi e Mocambo, conforme o presidente comunitário do Caburi, os principais causadores desta situação, são os

comerciantes locais, também, ossadas de gado e animais mortos também são despejados na estrada.

Na fala do presidente da comunidade do Caburi, Ilustríssimo senhor Edson Silva Batalha, que conhece a realidade de sua localidade, se pode reafirmar a problemática dos resíduos sólidos.

“O maior problema em relação a questão ambiental é o lixo, hoje em dia por exemplo, nós temos o pessoal do mercado que não tem onde jogar, não temos a coleta na comunidade, a gente então dar nosso jeito. Mas tem muita gente jogando pela cidade, a gente anda lá pra traz e encontra a beira da estrada. Sempre conversamos com vereadores e com os prefeitos quando eles vêm na comunidade, mas nada é feito. Vocês devem ter visto ali que no mercado, que tem um negócio errado ali, porque o matadouro é ali também. Então todo aquele sangue e aquelas coisas escorem tudo pra dentro do lago, e aqui é água morta né, é lago, não é rio, tudo isso é um problema.”

Dentre outros problemas também se pode citar a retirada da arborização nas comunidades para que se possam fazer mais construções, o que acarreta na perda de um elemento importante para a regulação do microclima local, principalmente pelo fato de a temperatura ter aumentado, segundo alguns moradores, devido à impermeabilização do solo pela introdução do esfalto nas ruas.

Nesse aspecto, fez-se necessário a indagação aos comunitários, de quais se tratam as principais problemáticas socioambientais que as localidades estão enfrentando.

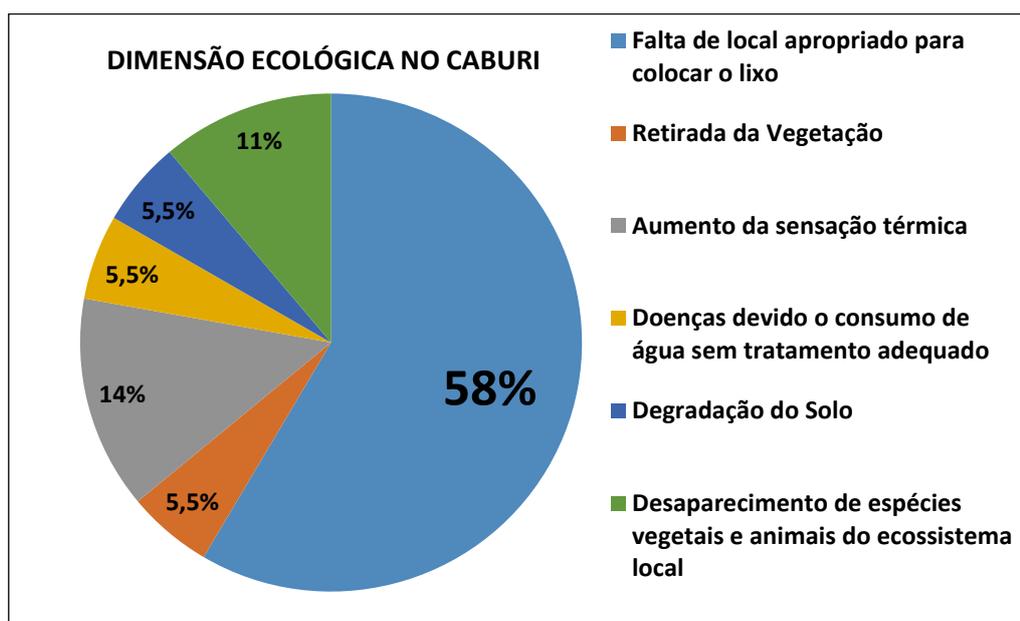


Gráfico 1: Dimensão ecológica no Caburi.
Fonte: Patrick Rogger, 2018.

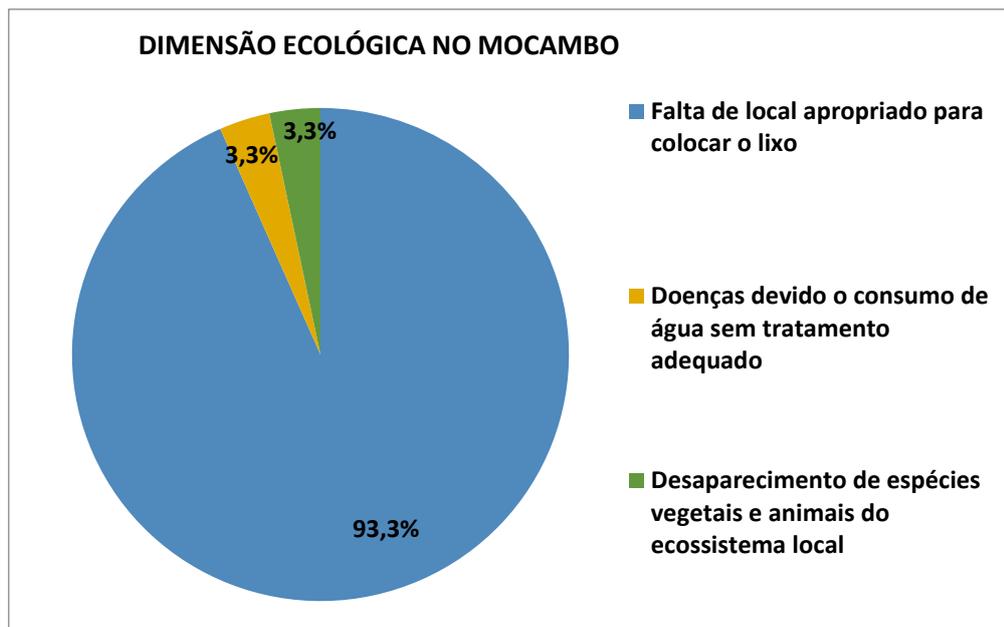


Gráfico 2: Dimensão ecológica no Mocambo.
Fonte: Patrick Rogger, 2018.

No gráfico 01 e 02, é possível perceber as principais problemáticas de sustentabilidade nas localidades estudadas, ressaltando a problemática da falta de local apropriado para o despejo do lixo com Caburi 58% e Mocambo 93,3%, é nítido perceber que a comunidade do Caburi apresenta uma maior variabilidade no gráfico 01 no tocante dessas questões, como a retirada de vegetação 11%, aumento da sensação térmica 14%, entre outros, isso é decorrente que o Caburi está sofrendo um alto índice de crescimento acelerado de sua população, é comum andar pela comunidade e ver vários pontos de construção residências, materiais de construção e conseqüentemente ferragens para o abastecimento (figura 7).



Figura 7: Materiais de construção no Caburi.
Fonte: Patrick Rogger, 2018.

Pelo que foi acima exposto, é necessário a elaboração e implementação de políticas públicas voltadas para estas áreas no tocante as questões socioambientais. Dessa forma, o processo de governança de maneira descentralizada pode ajudar na construção de uma agenda ambiental para Mocambo e Caburi, para que as problemáticas sejam resolvidas ou sanadas.

CAPÍTULO 3: GOVERNANÇA AMBIENTAL DESCENTRALIZADA EM MOCAMBO E CABURI: EM BUSCA DA CONSTRUÇÃO DE UMA AGENDA AMBIENTAL

A governança ambiental descentralizada é caracterizada pela participação de todos os atores sociais envolvidos em prol de um recurso natural ou ambiente em que se vive, pois proporciona conhecer melhor a realidade de determinada localidade, nesse contexto as localidades de Mocambo e Caburi apresentam carências no tocante de questões ambientais. As autoridades públicas podem e precisam melhor dialogar com essas localidades rurais, com visitas, palestras educativas sobre questões ambientais, fiscalização dos órgãos competentes do meio ambiente e resolução das mesmas.

Os dados coletados são preocupantes, quando se analisa a participação dos moradores das localidades pesquisadas quanto seu envolvimento com questões ambientais. No gráfico 03 os moradores do Caburi, consideram 35% importante e sempre participa de questões ambientais, 35% participam só às vezes e 30% dos moradores não participam das questões ambientais.

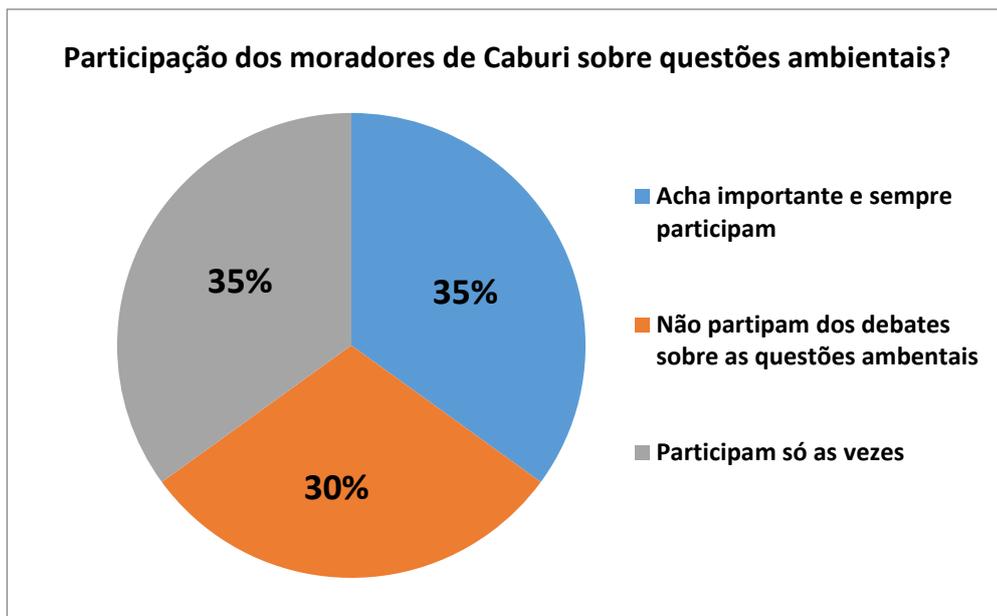


Gráfico 3: Como os moradores apreendem a questão ambiental no Caburi.
 Fonte: Patrick Rogger, 2018.

No gráfico 04, que diz respeito ao Mocambo, 80% dos moradores participam só as vezes das questões ambientais, 20% não participam e o número mais preocupante está apresentado como 0% dos moradores não acha importante e nem sempre participam das questões ambientais. Podemos perceber que a participação social voltada para o meio ambiente ainda é muito precária, a falta de incentivos por meios das autoridades públicas, palestras sobre o meio ambiente, educação escolar, reuniões comunitárias e própria consciência sobre os recursos naturais deixa a desejar.

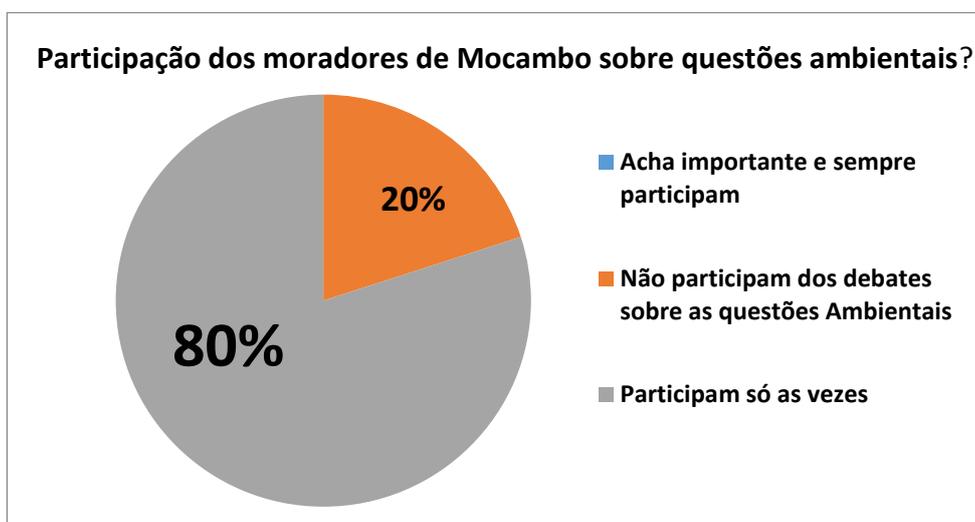


Gráfico 4: Como os moradores apreendem a questão ambiental no Mocambo.
 Fonte: Patrick Rogger, 2018.

É evidente que as duas localidades sofrem com diversos problemas, porém quando se fala da dimensão social no Caburi, a principal queixa dos comunitários diz respeito à falta de políticas públicas com 51%, baixa qualidade na educação com 11%, baixa qualidade dos serviços públicos básicos com 21%, violência 11%, êxodo rural com 3% e outros problemas com 3% (ver gráfico 04). Fica claro que os moradores do Caburi se sentem desamparados pelo poder público, assim a governança ambiental descentralizada não se faz presente, pois o poder político municipal se mostra centralizado na cidade de Parintins.

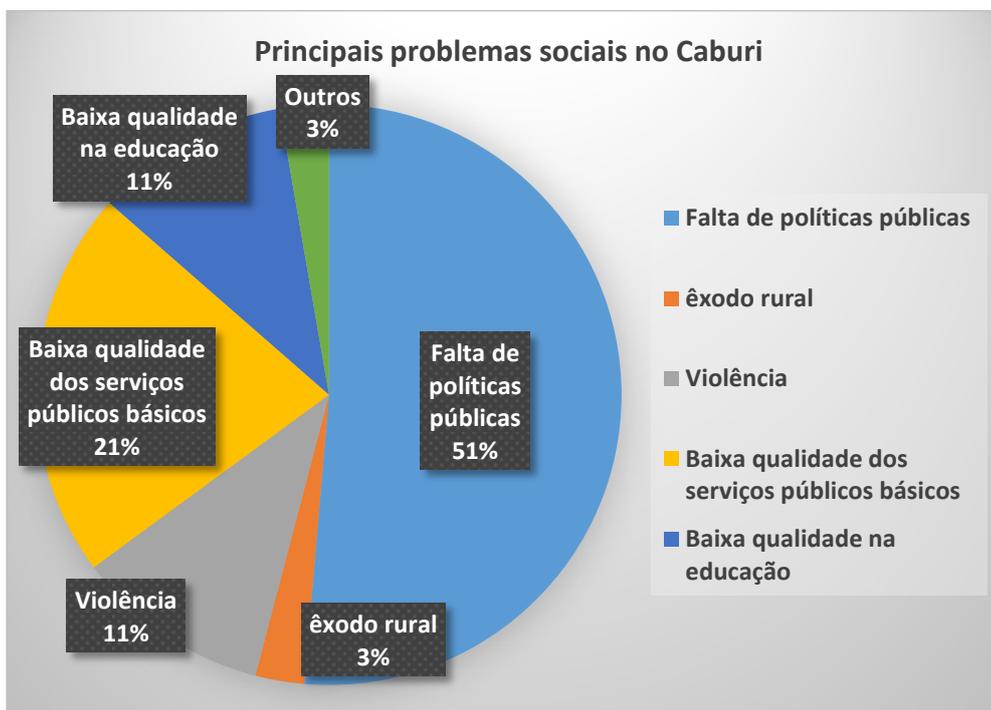


Gráfico 5: Principais problemas sociais no Caburi.
Fonte: Patrick Rogger, 2018.

No que diz respeito às principais problemáticas na dimensão social do Mocambo no gráfico 5, pode-se ressaltar que é elevado o índice de falta de fiscalização de menores de idades envolvidos com drogas com 80%, em seguida vem a falta de políticas públicas com 13%, baixa qualidade dos serviços públicos básicos com 3% e baixa qualidade na educação apresentando 3%.

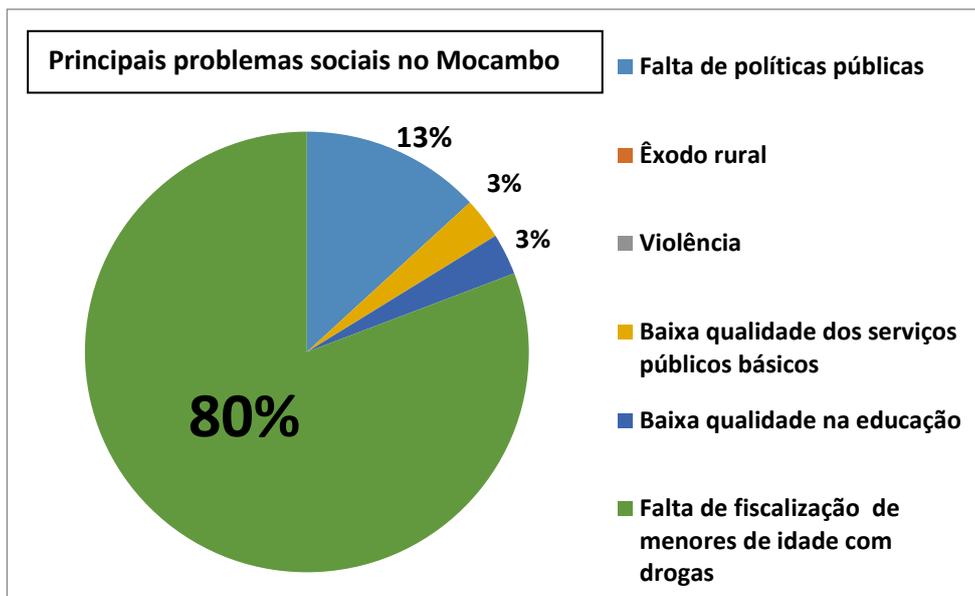


Gráfico 6: Principais problemas sociais no Mocambo.
 Fonte: Patrick Rogger, 2018.

Na figura 8, mostram-se os múltiplos atores que podem e devem participar no planejamento das políticas públicas para Mocambo e Caburi, uma vez que o esquema aponta o problema dos resíduos sólidos, ressaltando a importância da governança ambiental descentralizada, lembrando que deverá sempre haver interação entre os mais diversos atores, estes devem estabelecer diálogos para decidirem conjuntamente as ações que devem ser realizadas, os planos, programas e propostas que as esferas públicas e privadas devem desenvolver nos aspectos ambientais nessas localidades, visando a sustentabilidade dos sistemas sociais, culturais e ambientais em Mocambo e Caburi. O diálogo se mostra como primeiro impulso para a resolução do problema ambiental dos resíduos sólidos, pois proporciona a interação entre o nível local das localidades com o poder público, a exemplo como local pode-se destacar as famílias, escola, associação de moradores, comerciantes e órgãos de saúde que através de sistemas sociais, culturais e econômicos irão dialogar com os órgãos públicos competentes, á exemplo a própria prefeitura, secretaria de meio ambiente, secretaria de planejamento, secretaria de produção, IBAMA, IPAAM e por fim as universidades que devem participar de forma mais efetiva nesse diálogo.

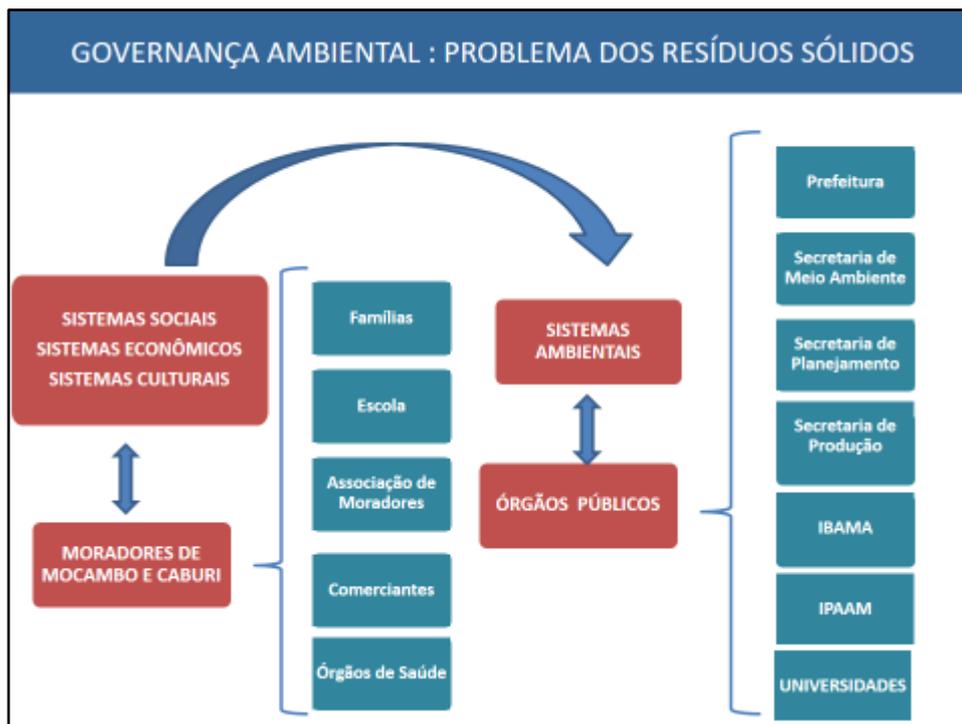


Figura 8: Níveis de atores na governança ambiental em Mocambo e Caburi. Fonte: Charlene Muniz, 2018.

Levando em consideração o que se foi exposto sobre a governança ambiental descentralizada, apresenta-se na figura 9 um esquema representativo dos níveis de escala espacial, temporal, jurisdicional e institucional que envolveria a governança assim como os múltiplos atores (fig.9).

A escala espacial é local, estaria circunscrito as localidades de Mocambo e Caburi. A escala temporal abrangeria compreender as transformações socioespaciais que ocorreram ao longo dos anos nas comunidades principalmente a partir da introdução de elementos urbanos em sua paisagem a partir dos anos 70, para que possa fazer um diagnóstico e posterior análise de como se encontra as mesmas nos dias atuais. Ambos, Mocambo e Caburi são localidades rurais pertencentes ao município de Parintins, dessa forma a escala jurisdicional será municipal e a nível de comunidade. No que corresponde as esferas institucionais são importantes o envolvimento da prefeitura municipal, associação de moradores, a escola, assim como a igreja, sendo esta uma instituição muito importante ainda na vida das populações rurais em Parintins, sendo que a mesma está no cerne de muitas comunidades rurais, sendo uma das principais incentivadoras da criação destas em quanto tal.

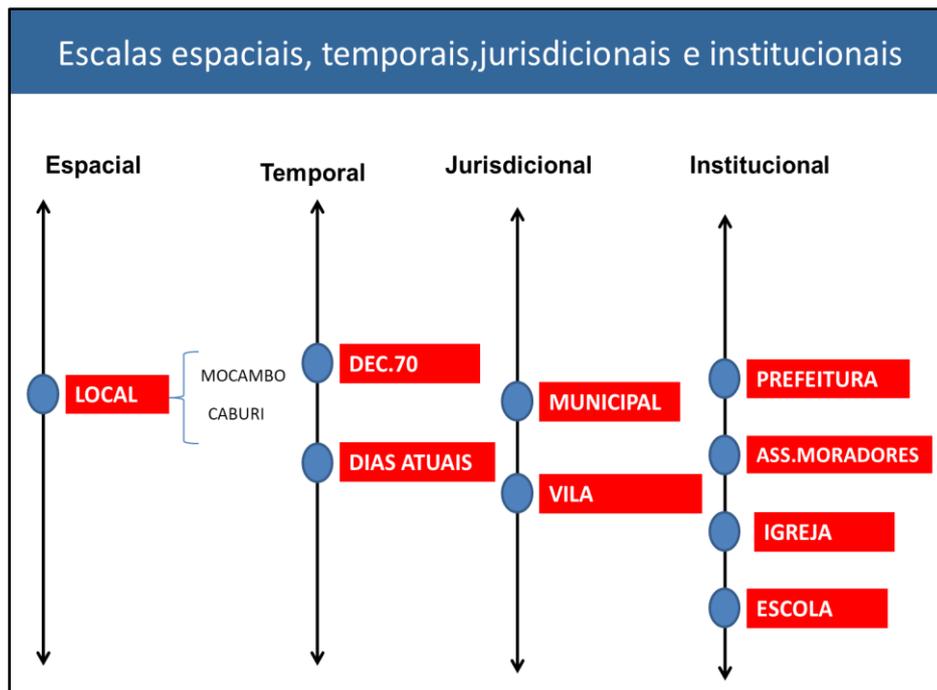


Figura 9: Escala espacial, temporal, jurisdicional e institucional.
 Fonte: Charlene Muniz, 2018.

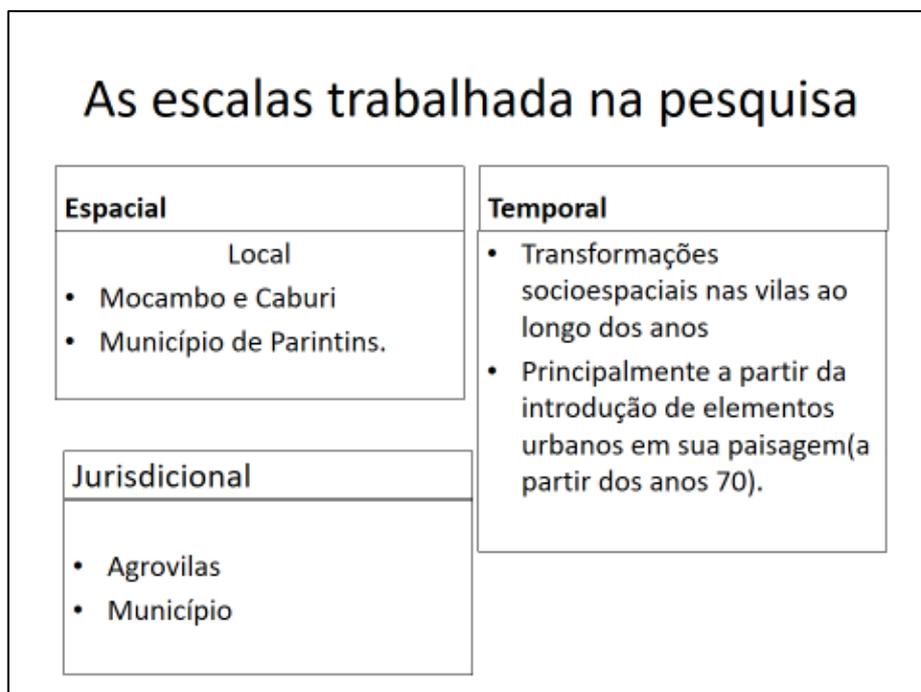


Figura 10: As escalas trabalhadas na pesquisa.
 Fonte: Charlene Muniz, 2018.

Como se percebe na figura 10, é importante compreender as escalas no sistema de governança como exemplo; escala espacial, temporal, jurisdicional que estão interligadas. Na pesquisa as principais escalas trabalhadas na pesquisa (figura 11), são de ordem espacial, temporal e jurisdicional. A primeira espacial é referente as localidades de Mocambo e Caburi, por conseguinte a escala temporal ressalta as transformações socioespaciais nas vilas ao longo dos anos que estão relacionados principalmente a partir da introdução de elementos urbanos em sua paisagem a partir da década de 1970, onde a cidade de Parintins dá um grande salto quantitativo em sua população, por fim a última escala trabalhada na pesquisa é de ordem jurisdicional que aponta agrovilas e sua relação com o município de Parintins, como já foi abordado, as agrovilas ainda exercem forte ligação com a cidade, no que diz respeito a advento de mercadorias alimentícias, materiais de construção e pessoas, outro fator importante que predomina nessa ligação está conexo na razão das agrovilas não possuírem prefeitura própria, apesar das mesmas apresentarem características de pequena cidade.

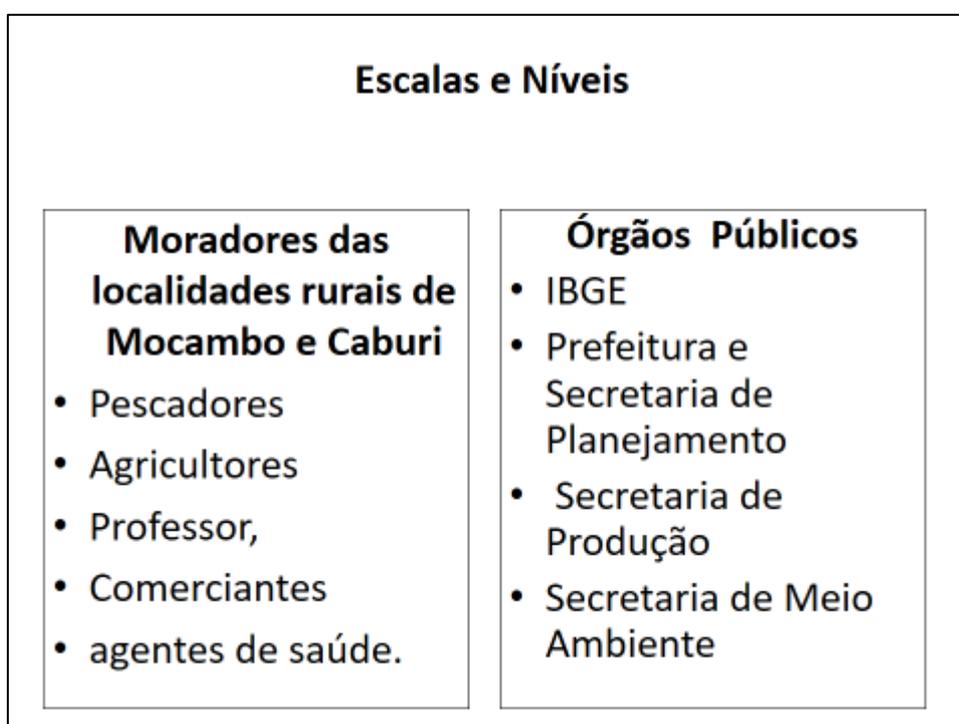


Figura 11: Escalas e níveis.
Fonte: Charlene Muniz, 2018.

Ainda abordando as escalas e níveis trabalhados na pesquisa, como mostra na figura 11, é importante ressaltar que referente aos moradores das localidades rurais de Mocambo e Caburi, pode-se destacar os principais grupos como exemplos os: pescadores, agricultores, professores, comerciantes e agentes de saúde, que prestaram as principais informações de tal pesquisa. Os níveis competentes são referentes aos órgãos públicos, que precisam dialogar ainda mais com os moradores, esses mesmo, é referente ao IBGE, secretaria de produção, secretaria de meio ambiente, prefeitura e secretaria de planejamento. Esse por sua vez tem a competência de alertar e intervir em melhorias nas localidades rurais estudadas. A figura 12, irá de forma sistematizada, representar as desigualdades que se desenrolam em territórios rurais, desde a escala local, nacional e global.

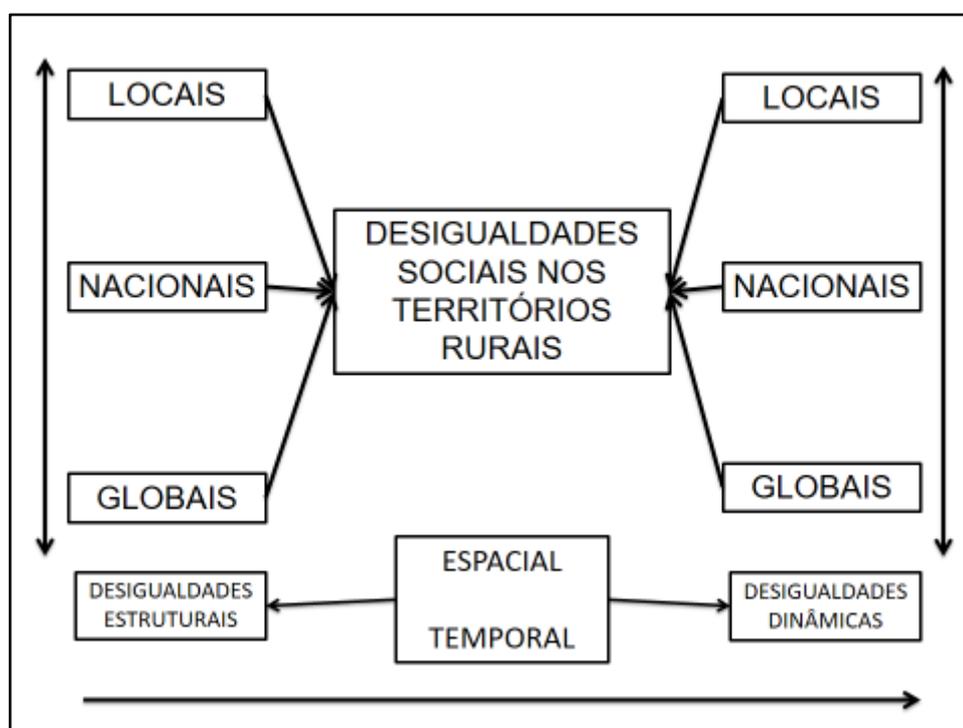


Figura 12: Desigualdades sociais nos territórios rurais.
Fonte: Charlene Muniz, 2018.

De forma bem simplificada, a figura 12 demonstra um esquema que retrata que as desigualdades sociais nos territórios rurais, que se desenrolam desde o nível local, nacional e alcançam o nível global, as localidades de Mocambo e Caburi não fogem dessas desigualdades sociais, que partem de um nível e escala espacial e temporal e vão resultar em desigualdades estruturais e desigualdades dinâmicas. Essas desigualdades podem ser explicadas por existir heterogeneidade jurisdicional e de atores, razão que existem especificidades entre as áreas rurais e urbanas, a

própria diferença interna entre os grupos sociais nas comunidades e diferentes compreensões entre as esferas de municipalidade sobre determinados assuntos das às comunidades relacionadas a questões como: serviços de saúde, educação, segurança, produção, entre outros. Em relação as apreensões da população local.

Portanto, os esquemas abordados no trabalho apontam a importância de conhecer como as relações se desenvolvem nos territórios rurais, a diversos níveis. Propondo um salto de escala, exemplificando como a governança ambiental auxilia na elaboração de regras e normas políticas, proporcionando interações de instituições de esfera pública ou privada, ressaltando a importância de conhecer as especificidades de cada localidade rural, para que não se perca os valores culturais, naturais e tradicionais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A monografia apresenta o olhar da Governança Ambiental nos territórios rurais de Mocambo e Caburi no Município de Parintins, ressaltando sua importância para o planejamento de políticas públicas ambientais, são retratadas as principais problemáticas socioambientais destas localidades.

Os instrumentos metodológicos permitiram a reflexão analítica profunda, o que tornou possível o alcance dos objetivos almejados. Os resultados indicam que as localidades sofrem com diversas problemáticas socioambientais, a principal a ser destacada é referente aos resíduos sólidos, problemática essa que se estende por diversas comunidades rurais do município de Parintins, ao mesmo tempo na própria cidade.

As preocupações com Caburi e Mocambo estão em evitar que as mesmas aumentem seu índice de problemas socioambientais, através do processo de urbanização irracional que ali está acontecendo, tal qual apresenta a cidade de Parintins. As localidades precisam que políticas públicas ambientais a níveis municipal e estadual que acompanhem seu desenvolvimento, com o apoio do saber empírico da população local, para que não sejam perdidas suas riquezas naturais e culturais. Todo planejamento a ser feito precisa ser vislumbrado da sustentabilidade.

A conclusão dos resultados aponta para uma nova maneira de olhar a governança ambiental, está sendo proposta neste trabalho a governança ambiental descentralizada, que proporciona o diálogo e interação dos atores sociais envolvidos em razão de um bem comum que é o meio ambiente, para que se possa viver de maneira sustentável.

Portanto, esta pesquisa apresenta as principais problemáticas socioambientais nas localidades rurais de Mocambo e Caburi, na perspectiva da governança ambiental, tendo como proposição pessoal à governança ambiental descentralizada na ajuda das resoluções dos problemas apontados, tendo como o diálogo o primeiro impulso de relações entre as escalas local, estadual, nacional e global para que caminhem de maneira integrada. Esses territórios precisam políticas públicas ambientais que vislumbrem a sustentabilidade, assim oferecendo melhor qualidade de vida para os residentes das localidades. De acordo com o que foi pesquisado, a governança ambiental pode envolver novos parâmetros de estudo, onde pode ser observado em futuras pesquisas, já que o tema engloba

uma diversidade de relações, ou seja, o tema pode ser trabalhado em distintas localidades rurais da Amazônia.

REFERÊNCIAS

- ANDRIGHETTO, Aline et al. **Governança ambiental internacional e sustentabilidade: construindo o socioambientalismo**. In: *Revista Jurídica*. Vol 02. Nº 43. Curitiba, 2016.
- CÂMARA, J. B. D. **Governabilidade, governança ambiental e estado do meio ambiente no Distrito Federal**. 2011. 324p. Tese (Doutorado em Política e Gestão Ambiental) – Centro de Desenvolvimento Sustentável, Universidade de Brasília, Brasília, 2011.
- FERREIRA, Hapolo Hibson de Souza. **Ambiente e sustentabilidade em comunidades rurais no município de Parintins: um estudo das dimensões ambientais na comunidade de Bom Socorro do Zé Açú-Am**. Parintins: Universidade do Estado do Amazonas, 2013.
- LINO, Patrick Rogger de Melo et al. **GOVERNANÇA AMBIENTAL DOS TERRITÓRIOS RURAIS: UM ESTUDO DO MUNICÍPIO DE PARINTINS...** In: Anais do Seminário Internacional de Ciências do Ambiente e Sustentabilidade na Amazônia. Anais. Manaus(AM) UFAM, 2018. Disponível em: <<https://www.even3.com.br/anais/5SICASA/93266-GOVERNANCA-AMBIENTAL-DOS-TERRITORIOS-RURAIS-UM-ESTUDO-DO-MUNICIPIO-DE-PARINTINS>>. Acesso em: 20/09/2018 17:57
- REZENDE, Marília Gabriela Gondim. **Governança Ambiental na Reserva de Desenvolvimento Sustentável Igapó Açú (Amazonas, Brasil)**. Manaus: Universidade Federal do Amazonas, 2016.
- SACHS, Ignacy. **Caminhos para o desenvolvimento sustentável**. 3. Ed. Rio de Janeiro: Garamond, 2009.
- SAQUET, Marcos Aurelio. SPOSITO, Eliseu Savério (organizadores). **Territórios e territorialidades: teorias, processos e conflitos**. 1ª ed. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2009.
- SILVA, C. M. M.; FRAXE, T. J. P. **GOVERNANÇA AMBIENTAL: CONCEITOS E PERSPECTIVAS DE ESTUDO PARA AS LOCALIDADES DE MOCAMBO E CABURI, NO MUNICÍPIO DE PARINTINS/AM**. In: SICASA-II Seminário Internacional de Ciências do Ambiente e Sustentabilidade na Amazônia, 2012, Manaus. Anais do II Seminário Internacional de Ciências do Ambiente e Sustentabilidade na Amazônia. Manaus: UFAM, 2012. v. 2. P. 10-25.
- SILVA, Charlene Maria Muniz. **Mocambo, Caburi e Vila Amazônia no município de Parintins: múltiplas dimensões do rural e do urbano na Amazônia**. 2009,176. Dissertação (Mestrado em Geografia-Programa de Pós-Graduação em Geografia). Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2009.

VEIGA, José Eli da. **Sustentabilidade: A legitimação de um novo valor.** São Paulo: Editora Senac São Paulo, 2010.

VIDAL, M. P. **Gobernanza ambiental descentralizada: oportunidades para la sostenibilidad y el acceso a los recursos naturales para los territorios rurales pobres.** Santiago: Fondo Mink'á de Chorlavi, 2005. Disponível em: <http://www.idrc.ca/uploads/user-S/11304196171GAD_espagnol.pdf>. Acesso em: fev. 2018.

ZHOURI, Andréa. **Justiça ambiental, diversidade cultural e accountability: Desafios para a governança ambiental.** Revista Brasileira de Ciências Sociais. Vol. 23 n.o 68 outubro, 2008.97-1

